



PRÁTICA FORENSE PENAL

Capítulo I – Inquérito Policial

7.º Requerimento do ofendido para instauração de inquérito policial

Ilmo. Sr. Dr. Delegado de Polícia da Comarca ____.¹

“I”, brasileiro, casado, empresário, titular do RG n.º ____ e do CPF n.º ____, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua ____, n.º ____, bairro ____, telefone ____, vem,² respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria requerer a

INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL,

para apurar a prática do crime de violação de direito autoral (art. 184, § 2.º, CP), pelos seguintes motivos:

1. O requerente é autor do romance intitulado ____, a ser publicado pela editora ____, em breve, conforme contrato de edição celebrado no dia ____ (cópia anexa). Ocorre que, nesta data, tomou conhecimento de estar sendo sua obra impressa e distribuída pela editora ____, situada nesta cidade, na Rua ____, n.º ____, com a qual não possui contrato, nem lhe foi entregue cópia do trabalho para ser publicado.

2. Agindo os proprietários da editora não autorizada, ____ (qualificação) e ____ (qualificação), com o intuito de lucro, cuida-se de ação pública incondicionada,³ propiciando a atuação e intervenção de Vossa Senhoria, inclusive para o fim de busca e apreensão dos exemplares produzidos sem minha expressa concordância.⁴

Termos em que, colocando-me à disposição para ser formalmente ouvido, bem como indicando abaixo testemunhas do ocorrido,

Pede deferimento.

Comarca, data.

Vítima

Testemunhas:

____ (qualificação)
____ (qualificação)

¹ Se houver vários distritos, deve-se mencionar a autoridade da área onde o crime se deu.

² O requerimento pode ser feito por advogado, bastando apresentar procuração ou assinando o ofendido juntamente com o advogado.

³ Quando se tratar de crime de ação privada, pode a vítima apresentar requerimento para a instauração de inquérito igualmente, pois toda ação penal deve ter justa causa, isto é, a petição inicial precisa ser acompanhada de prova pré-constituída, com poderes específicos na procuração do advogado.

⁴ Sobre o procedimento a ser utilizado neste caso, consultar os arts. 530-B e seguintes do CPP.